

Briga política ameaça processos de cassação

Partidos disputam cargos na comissão que vai conduzir julgamento de 17 deputados

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, onde vão correr os processos de cassação dos 17 deputados envolvidos no escândalo do Orçamento, será palco esta semana de uma ferrenha disputa política. O atual presidente, deputado José Dutra (PMDB-AM), cujo mandato termina em 15 de fevereiro, resolveu brigar para se manter no cargo até o final do processo, contrariando as pretensões do colega José Thomaz Nonô (PMDB-AL). Preterido da presidência na eleição passada, Nonô julgava ter chegado sua vez, mas Dutra descobriu que, como só tomou posse em 17 de março de 1993, pode, legalmente, ficar no cargo até 17 de março, quando completa o prazo de um ano de mandato.

"Seria desastroso trocar o comando da comissão no meio do julgamento", explicou Dutra, em *Brasília*. Ele espera decisão a seu favor do presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE). A questão é delicada tanto para Inocêncio como para o líder do PMDB, deputado Tarcísio Delgado (PMDB-MG), que tentarão fechar acordo em torno da nova direção da CCJ. Pelo Regimento da Câmara, cabe exclusivamente a Inocêncio decidir quando Dutra deve ser substituído. Mas a indicação do novo presidente requer o aval do líder do partido e dos demais membros da comissão.

Contra Nonô pensa o passado quer-



Sérgio Amaral/AE

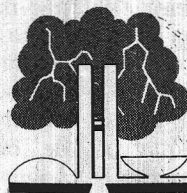
O senador Lucena recebe de Passarinho o relatório da CPI

cista que o levou a uma participação nebulosa na CPI da Vasp. Dutra tem a seu favor o comportamento exemplar na condução do processo que resultou na cassação de três deputados do PSD no ano passado. Ontem, o presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), entregou o relatório final da comissão a Inocêncio e ao presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB). As mesas diretoras da Câmara e do Senado se reúnem hoje para encaminhar os pedidos de cassação.

O relatório final da CPI foi entregue com uma correção, excluindo o deputado Jesus Tajra (PFL-PI) da lista

de parlamentares que deverão continuar a ser investigados. Tajra passou para a lista de inocentados da CPI. "Faço um apelo aos meus colegas para que pensem mais na instituição do que em nós mesmos", afirmou Inocêncio. "O que está em jogo é o nome da instituição, porque não existe democracia com Legislativo fraco."

Um dos acusados, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), declarou ontem no *Recife* que deseja um processo "aberto" na CCJ. "Quero que a sociedade me julgue e veja as minhas razões." O ex-ministro, acusado de liberar verbas para entidades inadimplentes, disse que não acredita que o plenário vote sua cassação: "Vou ser absolvido na Comissão de Justiça e nem sequer cogito a hipótese de meu nome chegar à votação do plenário." Fiúza, que ocupa cinco páginas do relatório final da CPI, afirmou que sua defesa reúne cerca de 2 mil páginas e 14 mil documentos.



FIÚZA:

"VOU SER
ABSOLVIDO NA
COMISSÃO"